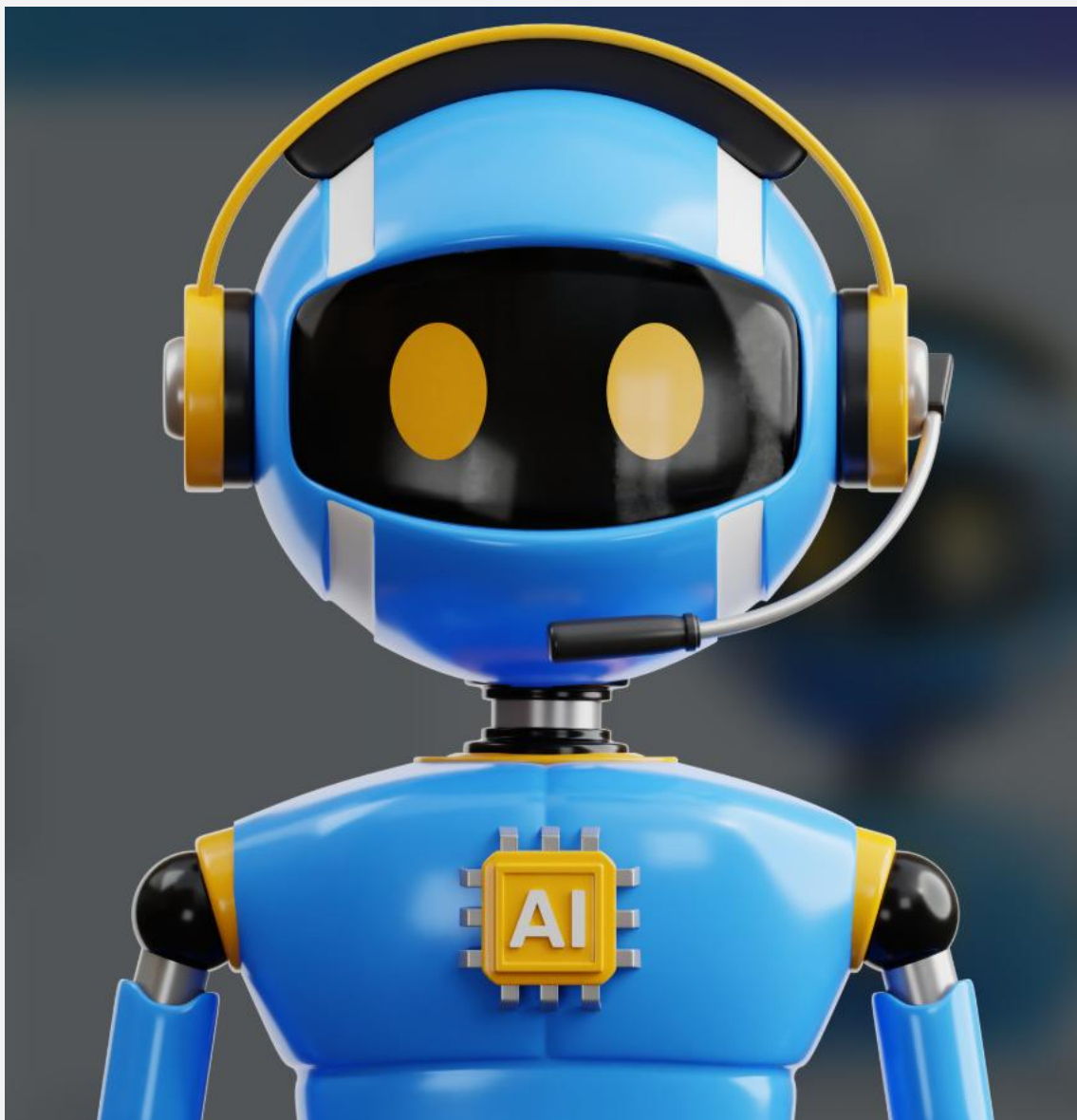




TÉCNICAS DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO EFICAZ PARA A ADVOCACIA DO FUTURO

LIDIANNE SANTI DE LIMA SANTOS
Março/2025

Quem é LIDIANNE SANTI DE LIMA SANTOS?



Advogada com 13 anos de atuação, Conselheira Estadual da OAB/MT e Vice-Presidente da Comissão de Inteligência Artificial e Inovação da OAB/MT. Professora e especialista em Inteligência Artificial aplicada ao Direito, dedica-se à pesquisa sobre inovação e tecnologia no sistema jurídico. Atua na capacitação de profissionais do Direito para o uso ético e estratégico da IA no Judiciário e já ministrou seu curso de IA na advocacia para mais de 1.500 pessoas. Com ampla experiência na interseção entre tecnologia e advocacia.

STORYTELLING JURÍDICO

O que é

O storytelling é a arte de contar histórias de maneira estruturada e envolvente. No contexto jurídico, significa transformar fatos e argumentos legais em uma narrativa coerente e persuasiva que facilite a compreensão e gere empatia.

Por que usar

- Facilita a compreensão de casos complexos
- Cria conexão emocional com o leitor (juiz, promotor, etc.)
- Melhora a memorabilidade dos argumentos
- Humaniza as partes envolvidas
- Destaca seu caso entre dezenas de outros similares

Como aplicar

1. Identifique claramente quem é o protagonista da história (geralmente seu cliente)
2. Estabeleça a situação inicial e a normalidade antes do conflito
3. Apresente o momento de ruptura ou violação do direito de forma impactante
4. Desenvolva as consequências e tentativas frustradas de resolução
5. Conclua mostrando como a intervenção judicial é a solução natural e necessária

Exemplo prático: Petição inicial de danos morais

Versão tradicional:

O Requerente foi vítima de inclusão indevida em cadastro de inadimplentes pela Requerida em 15/01/2023, referente a um contrato inexistente. Tentou resolver administrativamente sem sucesso. Requer indenização por danos morais.

Versão com storytelling:

João Silva, professor dedicado e pai de família, teve uma manhã de segunda-feira transformada em pesadelo quando, ao tentar financiar a compra de seu primeiro imóvel próprio, descobriu que seu nome estava negativado no Serasa. Incrédulo com a situação, já que sempre honrou seus compromissos financeiros, João verificou que a negativação havia sido realizada pela empresa Telecomunicações XYZ, referente a um contrato que jamais assinou.

Desesperado com o risco de perder a oportunidade de realizar o sonho da casa própria, João imediatamente contatou a empresa. Porém, após três meses de incontáveis ligações, protocolos sem resposta e promessas vazias de resolução, a negativação indevida permaneceu, assim como permaneceram as portas fechadas para seu financiamento imobiliário.

Cada dia que passou com seu nome injustamente maculado, João viu não apenas seu crédito negado, mas também sua dignidade ferida e seu projeto familiar adiado. A angústia de ser tratado como inadimplente quando sempre cultivou uma vida financeira exemplar causou-lhe noites de insônia e um quadro de ansiedade diagnosticado por seu médico.

Agora, diante deste Juízo, João não busca apenas a reparação financeira pelo dano sofrido, mas o reconhecimento de que sua honra e sua história de correção financeira merecem ser restauradas.

EFEITO PRIMING

O que é

O priming é um fenômeno cognitivo onde a exposição prévia a determinado estímulo influencia a resposta a estímulos posteriores. No contexto jurídico, significa preparar o leitor com informações que facilitarão a aceitação dos argumentos seguintes.

Por que usar

- Predispõe o leitor a aceitar seus argumentos
- Cria um contexto mental favorável
- Facilita a compreensão de argumentos complexos
- Aumenta a persuasão do texto

Como aplicar

1. Identifique conceitos-chave para seu argumento principal
2. Introduza sutilmente esses conceitos no início do texto
3. Use metáforas ou exemplos relacionados
4. Reforce princípios jurídicos alinhados à sua tese
5. Apresente o argumento principal após essa "preparação"

Exemplo prático: Memorando jurídico sobre compliance

Versão sem priming:

Recomendamos a implantação imediata de um canal de denúncias anônimas para evitar riscos de responsabilização da empresa em casos de assédio.

Versão com priming:

Em um cenário empresarial onde a transparência e a ética tornaram-se valores não apenas desejáveis, mas essenciais para a sustentabilidade dos negócios, as organizações que prosperam são justamente aquelas que criam ambientes seguros para todos os colaboradores. A proteção do bem-estar coletivo, afinal, sempre se mostrou mais valiosa que a preservação de práticas individuais inadequadas.

Os tribunais brasileiros têm consistentemente valorizado empresas que demonstram proatividade na prevenção de problemas, reconhecendo que a verdadeira liderança se manifesta na antecipação de riscos. Esta visão alinha-se perfeitamente com o princípio jurídico da precaução, que prioriza medidas preventivas sobre ações reativas.

Neste contexto, recomendamos a implantação imediata de um canal de denúncias anônimas, não apenas como ferramenta de compliance, mas como afirmação dos valores fundamentais que nossa organização declara defender.

EFEITO FRAMING

O que é

O framing (enquadramento) é a técnica de apresentar informações de forma seletiva para influenciar como o receptor interpretará essas informações. No contexto jurídico, significa moldar a perspectiva através da qual os fatos serão analisados.

Por que usar

- Direciona o foco para aspectos favoráveis ao seu argumento
- Ressignifica fatos potencialmente desfavoráveis
- Estabelece o contexto de interpretação
- Influencia a percepção de importância dos elementos

Como aplicar

1. Identifique o enquadramento mais favorável ao seu caso
2. Use linguagem que reforce esse enquadramento
3. Organize a apresentação dos fatos nessa perspectiva
4. Antecipe e recontextualize argumentos contrários
5. Mantenha consistência no enquadramento ao longo do texto

Exemplo prático: Defesa em ação trabalhista sobre horas extras

Enquadramento desfavorável:

O reclamante realizou trabalho além da jornada normal nos últimos 12 meses, conforme registros de ponto anexados.

Enquadramento favorável:

A empresa, comprometida com o bem-estar de seus colaboradores e com a legislação trabalhista, implementou um sistema flexível de compensação de jornada, devidamente formalizado em acordo coletivo, que permitia ao reclamante, por sua livre escolha e conveniência, ajustar sua jornada diária para melhor equilibrar suas necessidades pessoais e profissionais.

Os registros de ponto anexados demonstram com transparência essa flexibilidade, revelando que, nos momentos em que o reclamante optou por estender sua permanência além do horário regular em determinados dias – sempre respeitando os limites legais de duas horas diárias – ele usufruiu de compensações equivalentes em outras datas, preservando o equilíbrio da jornada mensal prevista em seu contrato e a integral observância do acordo coletivo vigente.

Esta prática de gestão moderna da jornada, longe de representar qualquer sobrecarga, concretiza o princípio da adaptabilidade do Direito do Trabalho às

necessidades contemporâneas, beneficiando simultaneamente a produtividade organizacional e a qualidade de vida do colaborador.

TÉCNICA ELI5 (EXPLAIN LIKE I'M 5)

O que é

ELI5 é uma técnica de simplificação que consiste em explicar conceitos complexos como se estivesse explicando para uma criança de cinco anos. No contexto jurídico, significa transformar termos técnicos e raciocínios jurídicos em linguagem acessível.

Por que usar

- Facilita a compreensão de clientes sem formação jurídica
- Torna documentos mais acessíveis para juízes sobrecarregados
- Demonstra domínio do assunto (quem entende, simplifica)
- Humaniza a comunicação jurídica

Como aplicar

1. Identifique os conceitos jurídicos complexos do seu texto
2. Substitua jargões por palavras cotidianas
3. Use metáforas e analogias simples
4. Divida raciocínios complexos em etapas
5. Mantenha frases curtas e diretas

Exemplo prático: Explicação sobre usucapião para cliente

Versão técnica:

A usucapião extraordinária requer posse mansa, pacífica, ininterrupta, com animus domini pelo prazo de 15 anos, independentemente de justo título e boa-fé, conforme art. 1.238 do Código Civil.

Versão ELI5:

Imagine que usucapião é como uma "adoção de um terreno abandonado".

Funciona assim: se você cuida de um terreno que estava sem dono ou esquecido pelo dono verdadeiro, tratando esse terreno como se fosse seu (construindo nele, cercando, plantando), sem ninguém te incomodar ou exigir que saia, e faz isso por um tempo bem longo (15 anos), a lei entende que esse terreno passou a ser seu de verdade.

É como se a lei dissesse: "Quem realmente se importa e cuida de um bem por tanto tempo merece ser seu dono oficial, especialmente se o dono original não se importou em todo esse tempo".

Você não precisa ter um documento de compra nem mesmo acreditar que era o dono desde o início. O que conta é que você agiu como dono por todos esses anos sem ninguém contestar.

MÉTODO FIRAC

O que é

FIRAC é um acrônimo para Facts (Fatos), Issue (Questão), Rule (Regra), Application (Aplicação) e Conclusion (Conclusão). É um método estruturado de análise jurídica que organiza o raciocínio de forma lógica e sequencial.

Por que usar

- Organiza o pensamento jurídico de forma sistemática
- Garante que nenhum elemento essencial seja esquecido
- Facilita a compreensão do raciocínio jurídico
- Fortalece a argumentação com estrutura lógica

Como aplicar

1. **Facts:** Apresente os fatos relevantes de forma clara e objetiva
2. **Issue:** Identifique a questão jurídica central a ser resolvida
3. **Rule:** Cite as leis, precedentes e princípios aplicáveis
4. **Application:** Aplique as regras aos fatos específicos do caso
5. **Conclusion:** Apresente a conclusão lógica baseada na aplicação

Exemplo prático: Análise de caso de responsabilidade civil

Método FIRAC aplicado:

FATOS:

Em 15 de março de 2023, o Sr. João estacionou seu veículo em vaga regular do Shopping Center ABC. Ao retornar às 22h, constatou que seu veículo havia sido arrombado e seus pertences furtados. As câmeras de segurança do shopping registraram a ação dos criminosos, que permaneceram por 25 minutos no local sem qualquer intervenção da segurança. O shopping possui serviço de estacionamento pago e anunciava em suas entradas "Estacionamento Seguro com Vigilância 24h".

QUESTÃO:

O Shopping Center ABC possui responsabilidade civil pelos danos materiais sofridos pelo consumidor em seu estacionamento, mesmo sem ter assumido expressamente a obrigação de guarda do veículo?

REGRA:

O art. 14 do Código de Defesa do Consumidor estabelece que "o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços". A Súmula 130 do STJ determina que "A empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorridos em seu estacionamento". Adicionalmente, o art. 31 do CDC proíbe publicidade que induza o consumidor a erro sobre características e segurança dos serviços.

APLICAÇÃO:

No caso em análise, verificamos que: (1) existia relação de consumo entre as partes; (2) o shopping oferecia estacionamento como serviço acessório à sua atividade principal; (3) havia cobrança pelo uso do estacionamento; (4) o estabelecimento anunciava expressamente "vigilância 24h", criando legítima expectativa de segurança; (5) houve falha na prestação desse serviço, comprovada pela permanência dos criminosos por tempo significativo sem intervenção; e (6) o dano material possui nexo causal direto com essa falha na prestação do serviço.

CONCLUSÃO:

O Shopping Center ABC deve ser responsabilizado pelos danos materiais sofridos pelo consumidor, com fundamento na responsabilidade objetiva prevista no CDC e na aplicação direta da Súmula 130 do STJ, agravada pela publicidade enganosa quanto à vigilância efetiva do estacionamento.

ESTRUTURA 5W2H

O que é

5W2H é um checklist composto por sete perguntas: What (O quê), Why (Por quê), Where (Onde), When (Quando), Who (Quem), How (Como) e How much (Quanto custa). No contexto jurídico, é uma ferramenta para garantir a completude da informação em documentos.

Por que usar

- Assegura que todas as informações essenciais estão presentes
- Estrutura informações de forma organizada e lógica
- Evita omissões de dados relevantes
- Facilita a compreensão do contexto completo

Como aplicar

1. **What (O quê):** Descreva o fato jurídico ou a ação pretendida
2. **Why (Por quê):** Explique a motivação ou justificativa legal
3. **Where (Onde):** Indique o local relevante para o caso
4. **When (Quando):** Especifique datas e prazos importantes
5. **Who (Quem):** Identifique todas as partes envolvidas
6. **How (Como):** Detalhe o modo como os fatos ocorreram ou como a ação deve ser executada
7. **How much (Quanto):** Quantifique valores, custos ou danos

Exemplo prático: Notificação extrajudicial

Versão tradicional:

Notificamos sobre o débito em aberto e solicitamos pagamento em 5 dias para evitar medidas judiciais.

Versão com 5W2H:

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

****O QUÊ:**** Notificação formal sobre inadimplência contratual referente ao Contrato de Prestação de Serviços nº 2023/0042 e cobrança do valor em aberto.

****POR QUÊ:**** O pagamento da parcela 3/6 dos serviços contratados, com vencimento em 15/03/2023, não foi identificado em nossos sistemas, configurando descumprimento da cláusula 4.2 do contrato firmado entre as partes.

****ONDE:**** O pagamento deverá ser realizado mediante depósito na conta corrente nº 12345-6, agência 789, Banco XYZ, de titularidade de Empresa ABC Ltda., CNPJ 00.123.456/0001-00, ou presencialmente em nossa sede administrativa.

****QUANDO:**** O prazo para regularização é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento desta notificação, encerrando-se em 25/03/2023.

****QUEM:**** Esta notificação é dirigida à Empresa XYZ Ltda., CNPJ 00.987.654/0001-00, na pessoa de seu representante legal, Sr. José Silva.

****COMO:**** A regularização será confirmada mediante envio do comprovante de pagamento para o e-mail financeiro@empresaabc.com.br ou mediante recibo emitido por nosso departamento financeiro em caso de pagamento presencial.

****QUANTO:**** O valor total devido é de R\$ 5.230,00 (cinco mil, duzentos e trinta reais), sendo R\$ 4.500,00 referentes ao principal e R\$ 730,00 de multa e juros conforme previsão contratual.

O não atendimento a esta notificação no prazo estipulado ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis, com a consequente execução do contrato, inclusão em cadastros de inadimplentes e cobrança de honorários advocatícios.

MÉTODO PAS (PROBLEM-AGITATION-SOLUTION)

O que é

PAS é uma estrutura persuasiva que consiste em três etapas: apresentar um problema (Problem), intensificar ou "agitar" esse problema demonstrando suas consequências (Agitation) e oferecer uma solução (Solution). No contexto jurídico, é uma técnica poderosa para peças persuasivas.

Por que usar

- Cria senso de urgência e relevância
- Estabelece conexão emocional com o leitor
- Posiciona sua argumentação como solução lógica
- Aumenta significativamente o poder de persuasão

Como aplicar

1. **Problem:** Identifique claramente o problema jurídico ou a violação de direito
2. **Agitation:** Explore as consequências negativas do problema, amplificando seu impacto
3. **Solution:** Apresente sua tese ou pedido como a solução natural e necessária

Exemplo prático: Pedido liminar em ação ambiental

Versão PAS aplicada:

PROBLEMA:

A empresa Ré, conforme comprovam os laudos técnicos anexos (docs. 3 a 7), vem despejando efluentes industriais sem tratamento adequado no Rio Verde desde janeiro de 2023, em flagrante desrespeito à legislação ambiental e às condicionantes expressas em sua licença de operação.

AGITAÇÃO:

Este despejo contínuo de substâncias tóxicas já provocou a morte de mais de 500 kg de peixes, conforme atestado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (doc. 8), e ameaça contaminar o lençol freático que abastece cinco comunidades ribeirinhas com população estimada de 12.000 pessoas.

Análises laboratoriais recentes (doc. 9) detectaram a presença de metais pesados em concentração 40% acima do limite permitido pela Resolução CONAMA, com potencial de bioacumulação e graves riscos à saúde humana, incluindo doenças neurodegenerativas e câncer.

A continuidade desta prática por apenas mais 30 dias, segundo parecer técnico do Prof. Dr. João Mendes da Universidade Federal (doc. 10), tornará irreversível a contaminação de toda a bacia hidrográfica, com custo estimado de

recuperação superior a R\$ 15 milhões e tempo mínimo de regeneração natural de 12 anos.

Os moradores locais já relatam odor característico na água potável e casos crescentes de irritações cutâneas e problemas gastrointestinais após consumo, criando pânico na população e sobrecarga no sistema municipal de saúde, como demonstram os boletins epidemiológicos anexos (docs. 11 e 12).

SOLUÇÃO:

Diante da gravidade, urgência e irreversibilidade dos danos ambientais e à saúde pública, impõe-se a concessão da liminar pleiteada para imediata suspensão das atividades da Ré até a comprovação da instalação e efetivo funcionamento do sistema de tratamento de efluentes, sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Esta medida, além de evitar o agravamento dos danos já constatados, permitirá o início do processo de recuperação ambiental enquanto se discute, no mérito, a responsabilidade civil e criminal da Ré pelos prejuízos causados ao meio ambiente e à comunidade.

TÉCNICA AIDA

O que é

AIDA é um acrônimo para Atenção, Interesse, Desejo e Ação. É um modelo de persuasão originário do marketing que pode ser adaptado para o contexto jurídico, especialmente em peças que visam convencer o julgador.

Por que usar

- Estrutura o texto de forma persuasiva e progressiva
- Captura a atenção do leitor desde o início
- Desenvolve argumentação de forma envolvente
- Conduz naturalmente à conclusão desejada

Como aplicar

1. **Atenção:** Inicie com um fato, estatística ou afirmação impactante
2. **Interesse:** Desenvolva o contexto jurídico relevante
3. **Desejo:** Apresente sua tese e argumentos como solução ideal
4. **Ação:** Conclua com o pedido específico a ser atendido

Exemplo prático: Recurso sobre plano de saúde

Versão com AIDA:

ATENÇÃO:

"Negar a um paciente com câncer terminal o tratamento prescrito por seu médico não é apenas violar um contrato – é retirar sua última esperança de vida." Esta frase do Ministro Herman Benjamin, em julgamento análogo a este caso (REsp 1.769.557/SP), sintetiza a gravidade da situação enfrentada pelo Recorrente, que teve negado pela operadora de plano de saúde o tratamento de imunoterapia, mesmo após esgotadas todas as alternativas terapêuticas convencionais.

INTERESSE:

A jurisprudência consolidada deste Tribunal Superior tem reiteradamente reconhecido que o rol da ANS possui natureza exemplificativa e não taxativa, especialmente em casos onde há prescrição médica fundamentada e ausência de alternativa terapêutica eficaz. No caso concreto, o tratamento negado possui eficácia comprovada por múltiplos estudos científicos (docs. 15 a 19) e foi prescrito por três especialistas independentes que acompanham o paciente há mais de 5 anos.

A operadora Recorrida, em sua defesa, apega-se a interpretação formalista e isolada da resolução normativa da ANS, ignorando a finalidade social do contrato de plano de saúde e os princípios constitucionais que regem as relações de consumo envolvendo o direito fundamental à saúde.

DESEJO:

Reformar a decisão recorrida não apenas restaurará a esperança do Recorrente em sua batalha contra o câncer metastático em estágio avançado, mas também reafirmará a jurisprudência humanizada deste Tribunal, que sempre priorizou a proteção da vida e da dignidade humana em detrimento de interpretações restritivas que transformam o contrato de plano de saúde em instrumento de frustração de sua própria finalidade.

O provimento deste recurso significará, ainda, a preservação da função social dos contratos de plano de saúde e a efetiva aplicação dos princípios da boa-fé objetiva e da proteção da confiança, pilares do sistema jurídico brasileiro nas relações de consumo.

AÇÃO:

Por todo o exposto, requer-se o conhecimento e provimento do presente Recurso Especial para reformar o acórdão recorrido, determinando que a operadora Recorrida autorize e custeie integralmente o tratamento de imunoterapia prescrito ao Recorrente, no prazo máximo de 48 horas, sob pena de multa diária, dada a urgência que o quadro clínico demanda.

OUTRAS TÉCNICAS IMPORTANTES

Paralelismo Sintático

Técnica que consiste em manter a mesma estrutura gramatical em frases ou parágrafos sucessivos, criando ritmo e ênfase.

Exemplo:

A Constituição garante o direito à vida.
A Constituição garante o direito à liberdade.
A Constituição garante o direito à igualdade.
Nenhuma dessas garantias foi respeitada no caso em análise.

Anáfora

Repetição intencional de palavras ou expressões no início de frases sucessivas para enfatizar uma ideia.

Exemplo:

Foi a boa-fé que levou o consumidor a acreditar na propaganda.
Foi a boa-fé que o fez assinar o contrato sem questionar.
Foi a boa-fé que justifica agora sua pretensão de anulação.

Técnica do Contraste

Apresentação de ideias opostas para destacar diferenças e fortalecer o argumento.

Exemplo:

A lei exige transparência; o Réu praticou ocultação.
A norma determina lealdade; o Réu agiu com má-fé.
O contrato previa equilíbrio; o Réu impôs onerosidade excessiva.

Técnica da Pergunta Retórica

Uso de perguntas que não exigem resposta imediata, mas induzem à reflexão na direção desejada.

Exemplo:

Se o próprio fabricante reconhece o defeito em seu recall, como poderia o consumidor ser responsabilizado pelos danos? Se a jurisprudência pacífica deste tribunal já firmou entendimento sobre a matéria, qual seria o fundamento para decisão diversa neste caso específico?

APLICAÇÃO PRÁTICA NAS PEÇAS JURÍDICAS

Petição Inicial

- **Storytelling:** Para narrar os fatos
- **FIRAC:** Para estruturar a fundamentação jurídica
- **PAS:** Para o pedido liminar
- **5W2H:** Para garantir completude dos fatos

Contestação

- **Framing:** Para recontextualizar fatos desfavoráveis
- **Flashback:** Para estabelecer histórico relevante
- **Técnica do Contraste:** Para destacar contradições do autor

Recursos

- **AIDA:** Para estrutura persuasiva geral
- **Anáfora:** Para enfatizar teses principais
- **Paralelismo Sintático:** Para organizar argumentos de forma impactante

E-mails e Comunicações com Clientes

- **ELI5:** Para explicar conceitos jurídicos complexos
- **Priming:** Para preparar o cliente para notícias

Dúvidas? Precisa de Ajuda para Implementar?

Agora que você tem em mãos as **Técnicas de Linguagem Jurídica**, está pronto para automatizar e otimizar sua advocacia com inteligência artificial. Mas se precisar de **ajuda para personalizar os prompts**, entender melhor **como usar as ferramentas de Inteligência Artificial no seu dia a dia** ou deseja uma **mentoria exclusiva** para turbinar sua prática jurídica, estou à disposição!

 **Entre em contato e agende uma mentoria personalizada!**

Lidianne Santi de Lima

✦ 65 99235-6226

✦ @lid.iadv

✦ **Vamos juntos transformar sua advocacia com tecnologia!**